

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos
Empregados do Magazine Luiza, Empresas
Controladas e Coligadas – COOPLUIZA**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2021 e o relatório do auditor independente**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-091-2022

Ribeirão Preto SP, 21 de março de 2022.

À
**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas –
COOPLUIZA**
Franca SP

Atenção do Senhor **Vinicius Henrique Peraro**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente****Sumário**

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15
1 Contexto operacional	15
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	16
3 Caixa e equivalentes de caixa	19
4 Títulos e valores mobiliários	20
5 Operações de crédito	20
6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22
7 Outros ativos financeiros	23
8 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	23
9 Obrigações por empréstimos	23
10 Outras obrigações	24
11 Passivos contingentes	24
12 Patrimônio líquido	24
13 Outros ingressos operacionais	25
14 Dispêndios administrativos	26
15 Dispêndios de pessoal e honorários	26
16 Outros dispêndios operacionais	26
17 Seguros contratados	26
18 Resultado não recorrente	26
19 Partes relacionadas	27
20 Índice de Basileia	27
21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	27

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Relatório da Administração (Em reais)

Senhores associados,

Submetemos à apreciação de V.S.^a as demonstrações contábeis do exercício de 2021 da Cooperativa de Crédito dos Empregados do Magazine Luiza Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 9 de abril de 2021 a COOPLUIZA completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, a COOPLUIZA obteve um resultado de R\$ 4.234.013 antes das destinações estatutárias e juros ao capital, representando um retorno anual de 16% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos em títulos e valores mobiliários somaram R\$ 2.537.263. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 32.370.561.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída: Carteira comercial: R\$ 32.370.561 - 100%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de % da carteira, no montante de R\$ 1.046.662, importante ressaltar, que esses devedores fazem parte do fundo garantidor do Magalu, onde a mantenedora oferece garantias desse montante.

4. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência da COOPLUIZA era de R\$ 26.271.869,14. O quadro de associados era composto por 11.452 cooperados, havendo um acréscimo de 22,12% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “RATING” (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPLUIZA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,94% nos níveis de “A” a “C”.

6. Plano de Negócios

No exercício de 2013 a cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à concessão de autorização para funcionamento ou alteração estatutária para cooperativa de livre admissão, em conformidade com o disposto no artigo 12º da Resolução CMN nº 4.434/2015.

No exercício de 2020, a administração optou para pôr mudar a classificação da Cooperativa passando de Cooperativa “Clássica” (*que tem em seu portfólio todos os produtos financeiros*), para Cooperativa de “Capital e empréstimo” (*limitadas as cotas de capital e as operações de empréstimo*).

Adicionalmente, em 13 de novembro de 2020, foi deliberado através de assembleia a desfiliação da Coopluiza, do quadro social da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB Central Cecresp. Este processo ocorreu no exercício de 2021, tornando a Coopluiza uma Cooperativa Independente.

Durante o processo de desfiliação a administração e os gestores fizeram a avaliação de sistemas operacionais e foi escolhido o sistema “Fácil”. Esse Sistema integrado de gestão empresarial facilitará e otimizará o processo de liberação de empréstimos, com o mesmo nível de segurança do sistema Sicoob, além disso a Cooperativa irá se filiar a “FNCC” – Federação Nacional das Cooperativas de Crédito” para dar todo suporte técnico e operacional.

Todas essas medidas foram todas para reduzir o tempo de liberação de crédito para os cooperados e redução de custos operacionais, isto contribuirá para maior eficiência operacional e conseqüentemente um retorno monetário para sócios.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade e integridade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabendo à Gerência Geral a gestão do dia a dia seguindo as Políticas vigentes, e o Conselho de Administração as decisões relacionadas à continuidade dos negócios.

A Cooperativa possui ainda um Agende de Controles Internos, supervisionado pelo Conselho de Administração e auditado pela Auditoria Interna e Cooperativa.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Devido ao processo de desfiliação da Coopluiza junto ao sistema Sicoob que ocorreu no exercício de 2021, a Cooperativa se associou à “FNCC” – Federação Nacional das Cooperativas de Crédito.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da COOPLUIZA aderiram em 2021, por meio de compromisso firmado ao código de ética e de conduta profissional da Coopluiza. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispões de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria da FNCC, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Durante o exercício de 2021, ocorreram manifestações, dentre elas: reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento de operações de crédito.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Franca/SP, 11 de março de 2022.

Vinícius Henrique Peraro
Presidente

Valeria Luiza Abreu de Araújo
Vice-Presidente

Marilise Bertelli Diniz
Vogal do Conselho de Administração

Raquel de Souza Palma Lancha
Vogal do Conselho de Administração

Alexandro Buck
Vogal do Conselho de Administração

Jonatan Pousa
Contador – CRC/SP 1SP260349/O

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas –
COOPLUIZA**
Franca SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de março de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante		23.908.283	15.488.686	Circulante		7.536.589	3.829.076
Instrumentos financeiros				Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	4	2.537.263	3.958.293	Relações interdependências		74.348	70.828
Relações interfinanceiras	3	-	55.149	Obrigações por empréstimos	9	2.514.033	-
Operações de crédito	5	21.037.839	11.603.456	Outras obrigações	10	4.948.208	3.758.248
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(906.878)	(204.075)			1.297.097	-
Outros créditos	7	1.240.059	75.863	Não circulante		1.297.097	-
		11.197.272	8.146.273	Obrigações por empréstimos	9	1.297.097	-
Não circulante						26.271.869	19.805.883
Realizável à longo prazo				Patrimônio líquido	12	26.271.869	19.805.883
Instrumentos financeiros				Capital social		21.744.646	17.442.497
Operações de crédito	5	11.332.723	7.183.264	Reservas de sobras		3.190.636	727.753
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(157.789)	(85.517)	Sobras acumuladas		1.336.587	1.635.633
Investimentos	7	-	968.170				
Imobilizado de uso	8	83.212	83.212				
Intangível	8	-	100.463				
(-) Depreciações e amortizações	8	(60.874)	(103.319)				
Total do ativo		35.105.555	23.634.959	Total do passivo e patrimônio líquido		35.105.555	23.634.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

		2021	2020
Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		3.929.408	5.030.662
Operações de crédito	5a	3.882.360	4.925.821
Aplicações interfinanceiras	3(i)	-	104.781
Títulos e valores mobiliários	4	47.048	60
Dispêndios da intermediação financeira		(427.988)	(369.484)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	9	(134.793)	(1.212)
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(293.195)	(368.272)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.501.420	4.661.178
Outros ingressos operacionais		54.583	187.542
Ingressos de prestação de serviços		10.925	21.000
Outros ingressos operacionais	13	43.658	166.542
Outros (dispêndios) operacionais		(1.715.824)	(2.109.080)
Dispêndios administrativos	14	(423.402)	(891.968)
Dispêndios de pessoal e honorários	15	(607.579)	(723.760)
Dispêndios de depreciação e amortização		(5.579)	(32.899)
Outros dispêndios operacionais	16	(679.264)	(460.453)
Resultado operacional		1.840.179	2.739.640
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação		1.840.179	2.739.640
Imposto de renda e contribuição social		-	(4.115)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre capital		1.840.179	2.735.525
Reversão dos juros ao capital	12a	673.708	422.468
Sobra líquida do semestre/exercícios		2.513.887	3.157.993

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	2.513.887	4.234.013	3.157.993
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	2.513.887	4.234.013	3.157.993

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Reservas de sobras				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Sobras acumuladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.672.465	244.581	259.834	608.860	14.785.740
Destinação para FATES	-	-	-	(608.860)	(608.860)
Utilização de reservas	-	-	(49.268)	-	(49.268)
Integralizações de capital	5.935.651	-	-	-	5.935.651
Devoluções de capital	(2.587.528)	-	-	-	(2.587.528)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	3.157.993	3.157.993
Juros sobre o capital	422.468	-	-	(422.468)	-
IRRF sobre juros ao capital	(559)	-	-	-	(559)
Destinação da reserva legal	-	272.606	-	(272.606)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(817.816)	(817.816)
FATES - não cooperados	-	-	-	(9.470)	(9.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.442.497	517.187	210.566	1.635.633	19.805.883
Constituição de reserva	-	1.635.633	-	(1.635.633)	-
Utilização de reserva	-	-	(175.191)	-	(175.191)
Integralizações de capital	7.975.811	-	-	-	7.975.811
Devoluções de capital	(4.584.479)	-	-	-	(4.584.479)
Reversões de fundo	-	-	-	21.347	21.347
Sobra líquida do exercício	-	-	-	4.234.013	4.234.013
Juros sobre o capital	913.891	-	-	(913.891)	-
IRRF sobre juros ao capital	(3.074)	-	-	-	(3.074)
Destinação da reserva legal	-	1.002.441	-	(1.002.441)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(1.002.441)	(1.002.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.744.646	3.155.261	35.375	1.336.587	26.271.869

Continua.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

...Continuação

	Reservas de sobras				Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de expansão	Sobras acumuladas	
Saldos em 1º de julho de 2021	19.420.136	517.187	81.082	3.115.576	23.133.981
Constituição de reserva	-	1.635.633	-	(1.635.633)	-
Utilização de reserva	-	-	(45.707)	-	(45.707)
Integralizações de capital	4.420.028	-	-	-	4.420.028
Devoluções de capital	(2.766.152)	-	-	-	(2.766.152)
Reversões de fundo	-	-	-	21.347	21.347
Sobra líquida do semestre	-	-	-	2.513.887	2.513.887
Juros sobre o capital	673.708	-	-	(673.708)	-
IRRF sobre juros ao capital	(3.074)	-	-	-	(3.074)
Destinação da reserva legal	-	1.002.441	-	(1.002.441)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(1.002.441)	(1.002.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.744.646	3.155.261	35.375	1.336.587	26.271.869

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2021	2020
	2º semestre	Exercício
	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.014.389)	(5.678.763)
Sobra ajustada do semestre/exercícios	2.812.661	3.559.164
Sobra líquida do semestre/exercícios	2.513.887	3.157.993
Provisão para perdas em operações de crédito	293.195	368.272
Depreciações e amortizações	5.579	32.899
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	-	-
Redução (aumento) nos ativos	(4.010.266)	(9.189.294)
Operações de crédito	(4.122.763)	(9.131.698)
Outros créditos	96.627	(57.789)
Outros valores e bens	15.870	193
Aumento (redução) nos passivos	183.216	76.598
Depósitos	(10)	(143.821)
Relações interdependências	2.962	15.900
Obrigações por empréstimos	(696.951)	-
Outras obrigações	877.215	204.519
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	-	(218.556)
Baixa/aumento de investimentos	-	(218.556)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.626.442	3.298.296
Utilização de reserva	(45.707)	(49.268)
Integralizações de capital	4.420.028	5.935.651
Devoluções de capital	(2.766.152)	(2.587.528)
IRRF sobre juros ao capital	(3.074)	(559)
Reversões de fundo	21.347	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	612.053	(2.473.792)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	1.925.210	6.487.234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	2.537.263	4.013.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA (Cooperativa), foi constituída em 9 de abril de 1997, está sediada na Rua do Comércio, 1924, 2º andar – centro, em Franca SP e adquiriu personalidade na data de 10 de abril de 1997, através do registro sob o nº 02.093.154/0001-09.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações, segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que, estando na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas e sejam empregados do Magazine Luiza, empresas Coligadas e Controladas; empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais; empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa e às entidades de cujo capital a Cooperativa participe;

Em 26 de fevereiro de 2021 a Cooperativa se desfilhou do Sicoob Central Cecresp conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2020. Foi deliberado também em assembleia a filiação à Federação Nacional das Cooperativas de Crédito – FNCC como alternativa para suprir os serviços utilizados sem prejuízo dos produtos e serviços oferecidos aos associados. Os saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp em 2020, eram os seguintes:

Descrição	2020
Principais saldos:	
Ativo circulante	
Títulos e valores mobiliários	3.845.264
Relações interfinanceiras	55.149
Investimentos	968.170
Principais operações	
Resultado	
Ingressos	
Ingressos da intermediação financeira	104.81

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa junto a seus associados, empregados e a comunidade está fazendo a sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de março de 2022, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à

seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de valor e resgatáveis a qualquer momento.

b.4 Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.8 Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os

benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

b.13 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.14 Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.15 Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	2.537.263	3.958.293
Relações interfinanceiras (i)	-	55.149
	2.537.263	4.013.442

- (i) Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositadas junto ao Sicoob Central Cecresp, conforme determinado no art. 24, da resolução CMN nº 4.434/20. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - aplicações interfinanceiras, rendimentos no montante de R\$ 17.315 (R\$ 104.781 em 2020).

Os investimentos em títulos de renda fixa e centralização financeira foram classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

4 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2021	2020
Títulos de renda fixa (i)	2.537.263	3.845.264
Cotas em fundos de investimento	-	113.029
	2.537.263	3.958.293

- (i) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, de aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Santander, com remuneração de, aproximadamente, 80% do CDI. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 48.166 (R\$ 60 em 2020).

5 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	21.037.839	11.332.723	32.370.562	11.603.456	7.183.264	18.786.720

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 7.063.114 (R\$ 4.925.821 em 2020).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021			2020		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	29.580.514	29.580.514	-	14.110.764	14.110.764
B	1	-	532.508	532.508	489.831	2.691.415	3.181.246
C	3	525	637.354	637.879	733.230	375.773	1.109.003
D	10	1.811	525.261	527.072	104.242	31.001	135.243
E	30	3.193	234.241	237.434	115.175	20.331	135.506
F	50	2.051	132.584	134.635	5.682	10.574	16.256
G	70	3.418	80.532	83.950	4.684	18.820	23.504
H	100	141.009	495.561	636.570	67.024	8.174	75.198
		152.007	32.218.554	32.370.562	1.519.868	17.266.852	18.786.720

c Composição da carteira por faixa de vencimento

Descrição	2021			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	<u>6.360.704</u>	<u>14.677.135</u>	<u>11.332.723</u>	<u>32.370.562</u>

Descrição	2020			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	<u>3.837.601</u>	<u>7.765.855</u>	<u>7.183.264</u>	<u>18.786.720</u>

d Composição da carteira por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	2021		2020	
	Empréstimos	% da Carteira	Empréstimos	% da Carteira
Pessoa Física	<u>32.370.562</u>	<u>100%</u>	<u>18.786.720</u>	<u>100%</u>

e Concentração dos principais devedores

Descrição	2021		2020	
	Total	% Carteira	Total	% Carteira
Maior Devedor	97.403	0,3%	117.635	1%
10 Maiores Devedores	654.477	2%	470.860	3%
50 Maiores Devedores	1.942.734	6%	1.401.723	7%

f Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 334.972 (R\$ 306.177 em 2020). Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 20.659 (R\$ 29.013 em 2020), registrados em outros ingressos operacionais (nota 13).

6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(906.878)</u>	<u>(157.789)</u>	<u>(1.064.667)</u>	<u>(204.075)</u>	<u>(85.517)</u>	<u>(289.592)</u>

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo inicial	<u>(289.592)</u>	<u>(157.862)</u>
Créditos baixados para prejuízo	52.495	120.488
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(959.984)	(368.272)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 13)	132.414	116.054
Saldo final	<u>(1.064.667)</u>	<u>(289.592)</u>

7 Outros ativos financeiros

Descrição	2021	2020
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	3.330	-
Impostos e contribuições a compensar	379	-
Devedores diversos (i)	1.236.350	75.863
	1.240.059	75.863

- (i) Trata-se substancialmente de cotas de capital a receber integralizados no Sicoob Central Cecresp que estavam registrados em investimentos (R\$ 968.170 em 2020).

8 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação			2021	2020
		Custo	Depreciação/ acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos de uso	10% e 20%	83.212	(60.874)	22.338	34.224
Intangível					
Software	20%	-	-	-	46.132
		83.212	(60.874)	22.338	80.356

9 Obrigações por empréstimos

Descrição	Modalidade	2021		
		Circulante	Não circulante	Total
Empréstimo Magazine Luiza	TMJ Magalu	2.514.033	1.297.097	3.811.130

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, responsável pela doença covid-19, MAGALU e COOPLUIZA, sensíveis ao momento, se uniram e criaram uma linha emergencial "TMJ Magalu", pela qual colaboradores do MAGALU, cooperados da COOPLUIZA, poderiam ter sujeito aos termos e condições estabelecidos pela COOPLUIZA, no período compreendido entre 1/04/2021 e 16/04/2021, acesso a crédito consignado, de concessão da COOPLUIZA. Possui remuneração média de 0,28% a.m. e vencimento final em agosto/2023. No exercício de 2021, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 159.974.

10 Outras obrigações

Descrição	2021	2020
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	66.625	-
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	3.023.197	2.152.861
Gratificações e participações a pagar	70.740	60.000
Quotas de capital a pagar	1.619.981	1.423.621
	<u>4.713.918</u>	<u>3.636.482</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	25.099	26.589
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	18.050	10.754
Despesas com pessoal	124.516	77.802
Outras despesas	-	6.621
	<u>142.566</u>	<u>95.177</u>
	<u>4.948.208</u>	<u>3.758.248</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

11 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 10.930 e 9.378 cooperados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.975.811 (R\$ 5.935.651 em 2020), e ocorreram devoluções em 2021, no montante de R\$ 4.584.479 (R\$ 2.587.528 em 2020).

O capital social é de R\$ 21.744.646 e de R\$ 17.442.497 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2021 e de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2021	2020
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	4.234.013	3.157.993
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(913.891)	(422.468)
Reserva legal (ii)	(1.002.441)	(272.606)
FATES (iii)	(1.002.441)	(817.816)
Transferido para FATES	-	(9.470)
Sobras antes da reversão dos dispêndios do Fates	1.315.240	1.635.633
Reversão da despesa - absorção do FATES	21.347	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.336.587	1.635.633

- (i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais” (nota 16), e ajustados.
- (ii) 30% para a reserva legal (10% em 2020) com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (iii) 30% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2 de setembro de 2021, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020, para reserva legal (R\$ 1.635.633).

13 Outros ingressos operacionais

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	43.658	132.414	116.054
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5f)	-	20.659	29.013
Outras rendas operacionais	-	687	21.475
	43.658	153.760	166.542

14 Dispêndios administrativos

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços técnicos especializados	(184.329)	(328.562)	(401.517)
Rateio de despesas da Central	(24.691)	(159.034)	(269.194)
Manutenção, conservação de bens e material	(114.910)	(150.672)	(55.006)
Contribuições OCE	(15.870)	(36.203)	(27.004)
Promoções, propagandas e publicidade	(2.000)	(19.964)	(53.555)
Outros	(81.602)	(126.026)	(85.692)
	(423.402)	(820.461)	(891.968)

15 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(351.117)	(601.391)	(418.870)
Encargos sociais	(106.756)	(199.543)	(140.711)
Honorários	(102.508)	(151.306)	(84.760)
Benefícios a empregados	(29.041)	(55.542)	(39.877)
Remuneração de estagiários	(18.157)	(35.611)	(39.542)
	(607.579)	(1.043.393)	(723.760)

16 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 12b)	(673.708)	(913.891)	(422.468)
Outros dispêndios	(5.556)	(25.907)	(37.985)
	(679.264)	(939.798)	(460.453)

17 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

19 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2021	2020
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	8.740	19.196
Passivo		
Honorários	10.000	8.150
Patrimônio líquido		
Capital social	129.845	134.182
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	1.162	2.303
Operações de captação no mercado	-	(36)
Juros sobre o capital próprio	(4.966)	(6.352)
Benefícios:		
Honorários	(125.890)	(84.760)
Impostos	(23.650)	(16.783)
Seguros	(25.326)	-

20 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2021	2020
Patrimônio de referência (PR)	26.271.869	18.879.146
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	28.725.979	17.738.143
Índice de Basileia	91,46%	106,43%

21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A cooperativa mantém a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos em atendimento as Resolução nº 4.557/17 e Resolução 4.606/17 com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos que a instituição esteja exposta de maneira relevante, considerando:

- i O modelo de negócios, com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços, das atividades e dos processos da Cooperativa;
- ii A dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela COOPLUIZA e adequada ao Perfil de riscos apresentados na Cooperativa.

Na construção da Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos, a COOPLUIZA adotou parâmetros que considera o suficiente para o estabelecimento da gestão dos riscos e se baseia nas seguintes Políticas:

a) Estrutura de governança dos riscos

Definir as responsabilidades para cada agente na estrutura da COOPLUIZA em relação a implementação, o controle, o repórter e a execução da estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

b) Indicadores de riscos

Apresentar os indicadores que serão utilizados para monitorar, reportar, avaliar, controlar e mitigar os riscos da COOPLUIZA.

c) Risco de crédito

Estabelecer limites operacionais, os mecanismos de mitigação de risco e os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da COOPLUIZA.

d) Risco de liquidez e capital

Tem por finalidade o risco de liquidez e suficiência de capital da COOPLUIZA, uma vez que a falta ou insuficiência de liquidez e/ou de capital podem causar efeitos negativos em sua capacidade operacional, notadamente em períodos de crise.

e) Risco socioambiental

Estabelecer os princípios e as diretrizes para a COOPLUIZA obter o controle sobre os riscos socioambientais inerentes ao negócio e gerenciá-los, buscando minimizá-los para proteger o patrimônio da Instituição e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses de seus cooperados, empregados e demais partes interessadas.

f) Risco operacional

Orientar a administração da COOPLUIZA nos procedimentos internos destinados a minimizar a ocorrência de riscos operacionais, estabelecendo, didaticamente, conceitos e métodos de controle.

g) Política de seleção/contratação de prestadores de serviços

Estabelecer os critérios para seleção e contratação de prestadores de serviços considerados relevantes determinando diretrizes para a adequada verificação do cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, de suas obrigações legais, regulatórias e contratuais.

h) Registro de eventos de perda e ocorrências

Estabelecer critérios para registro de eventos e ocorrência de eventos referente ao risco operacional a fim de elaborar informações e relatórios consistentes e padronizados.

i) **Política de gestão de mudanças e desenvolvimento de novos produtos e serviços:**

Estabelecer os princípios e as diretrizes para a COOPLUIZA quando efetuar mudanças ou desenvolvimento de novos produtos e serviços tenha como parâmetros que auxiliem na prevenção de riscos associados.

Vinicius Henrique Peraro
Presidente e diretor responsável pela área contábil
CPF 359.388.148-98

Jonatan Pousa
Contador CRC: 1SP260349/0
CPF 308.771.618-95

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900

E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.